

Congresso tenta votar Constituinte hoje

Roque de Sá



Em todos os cantos do Congresso, muita confusão. Animos exaltados, desentendimentos e muita paixão. Fora os lobbies

Será preciso maioria para aprovar texto

Depois de uma reunião que durou mais de 3 horas, a comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, decidiu pela necessidade de 2/3 de votos favoráveis dos deputados e senadores, para que seja incluída no texto de convocação da Constituinte as expressões "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" e "no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura". Que definirá quando deveria ser promulgada a Constituição. Elas foram excluídas da emenda Constitucional de convocação da assembleia graças a um pedido de destaque formulado pela liderança do PDS. O deputado Aluisio Campos (PMDB-PB), relator do recurso pedido pelo deputado João Gilberto (PMDB-RS), para orientação da mesa do Congresso, já havia dado a sua decisão em reunião de anteontem da Comissão. No entanto, como ele entrou no mérito da questão, sem se limitar ao que fora formulado, acabou propiciando pedido de vistas do PT e PDT, que acabou por adiar a decisão por 24 horas.

Decidida essa questão, a convocação da Constituinte será novamente debatida pelo Congresso Nacional, pois o senador José Fragelli condicionou o início de uma reunião para isso a divulgação da posição da Comissão sobre o "quorum" necessário para a inclusão das expressões no texto.

O líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga, depois da reunião disse que agora irá dirigir todos os seus esforços para demover os senadores da intenção de não dar "quorum" para a votação do segundo turno da Constituinte.

Falta coordenação política

— Presidente, o senhor tem de assumir pessoal, direta e imediatamente a negociação política. Caso contrário, pode acontecer de tudo no Congresso Nacional. A confusão é total.

A sugestão do deputado José Thomaz Nonó, bastante impressionado com o quadro pós-eleitoral no Parlamento, foi ouvida e registrada pelo presidente José Sarney. Ele, contudo, não está como mero espectador do que se passa na área política. Tem conversado e muito. Na noite de terça-feira, por exemplo, após uma maratona de audiências no Planalto, recebeu no Palácio da Alvorada para jantar e uma troca de idéias durante quatro horas o secretário-geral do PCB, Giocondo Dias, acompanhado dos três deputados do seu partido — Alberto Golomman, Roberto Freire e Fernando Santana.

Por telefone, em audiências no Planalto e no Alvorada, Sarney informou-se nas últimas horas das avaliações feitas sobre o novo quadro político por praticamente todas as correntes políticas brasileiras. E está plenamente inteirado das dificuldades em sua frente política.

A confusão
Os ânimos parlamentares estão realmente exacerbados. No Congresso Nacional, os grupos de pressão se multiplicam, convivendo lado a lado vereadores, marinheiros excluídos da anistia, econômicos, defensores da reforma

Congresso vive um dia carrossel

Sábá, quase profeticamente, o deputado Ulysses Guimarães disse, no domingo: "Vejo com nitidez que a situação está confusa". Foi modesto o dr. Ulysses. Confusa é a situação política, o chamado "caso", que, se fosse filosófico, poderia ser com "K". Como é político, vai com "C" mesmo. "E uma pena que Brasília não tenha vulcão. Se tivesse, ele estaria entrando em erupção, com um parlamentar em passante. Um outro, velha raposa, não deixou por menos: "As melhores bolas de cristal estão nubladas". Até grosseiros comentários eram escutados no poluído ar: "O PDS não tem salvação. Está com Aida. É um paciente final". Estavam todos lá, menos. Eu vi: os magoados eleitorais; os loucos de todos os gêneros; os marinheiros não-anistiados; os servidores injustiçados; os membros da nova Arena; e os protótipos de fôforos sa mão. Em meio ao vendaval, assessores dos ministros militares circulavam atônitos. (LAT)

agrária, integrantes do movimento pro-participação popular na Constituinte etc.

Em meio a tudo isto, os políticos fazem reavaliações pensando em sua sobrevivência política. O Plenário da Câmara viveu, ontem, uma grande polêmica, com debates através dos microfones e discussões acaloradas entre as poltronas, nos espaços vazios.

No plenário, o PMDB enfrentou um fogo cerrado contra a sua mudança de posição em relação ao prazo de filiação partidária, recuando dos seis meses anteriormente acertados com receio de que isto possa prejudicá-lo nas próximas eleições. Os pequenos partidos somados ao PDS e a uma expressiva dissidência do próprio PMDB em uníssono passaram a acusar o principal partido do governo de ter se transformado em um Arena.

Nos microfones, os deputados José Genoino, do PT, João Gilberto, do PMDB, Prisco Vianna, do PDS, Israel Pinheiro Filho, do PFL, e Sebastião Nery, do PS, não poupavam críticas ao PMDB. No plenário, o deputado José Ulysses tentava justificar a nova posição peemedebista e era contestado por seu correligionário Marcos Santilli e pelo comunista Roberto Freire.

Na falta de melhor argumento, José Ulysses apelou: "se tivéssemos adotado seis meses nesta última eleição, não teríamos, por exemplo, perdido a prefeitura de Fortaleza, pois a deputada Maria Luiza seria inelegível".

Em muitas outras rodas, o debate era igualmente quente. O impasse em relação à Constituinte, contrapondo as bancadas do PMDB na Câmara e no Senado, prosseguia sem solução. O número de políticos preocupados com a própria eleição é impressionante.

O Congresso Nacional reúne-se hoje a partir das 9 horas, para votar, ainda em primeiro turno, quatro pedidos de destaque de expressões contidas no substitutivo do deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) à emenda de convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Terminada a votação desses destaques, a convocação da Assembleia será votada em segundo turno.

O principal pedido de destaque, que vem motivando o adiamento na colocação da emenda da Constituinte na ordem do dia do Congresso Nacional, refere-se à supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", contida no artigo 1º do substitutivo, que pode ensejar uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. Se cair essa expressão do texto, durante o período da Constituinte não funcionará nem Senado nem Câmara.

Justamente devido a essa possibilidade, os 23 senadores eleitos em 1982 (um terço) e que não foram eleitos com poderes constituintes, como o serão os dois terços do Senado e toda a Câmara nas eleições do próximo ano, sentem-se ameaçados nos seus mandatos, pois não funcionando nenhuma das casas do Congresso, eles igualmente não teriam funções legislativas e poderiam perder seus mandatos.

O relator Walmor Giavarina disse que esse temor é infundado. Mesmo sendo retirada a expressão — pois seriam necessários dois terços para mantê-la no texto do substitutivo —, segundo o relator, os senadores estariam com seus mandatos assegurados. No seu entender, está claro no texto do artigo 1º, sem a expressão, que "os membros da Câmara dos Deputados do Senado Federal, reunir-se-ão, uncameralmente, em Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

Walmor Giavarina disse que esse artigo garante que existirão Câmara e Senado e que, no dia anterior à instalação da Constituinte, serão eleitas as duas mesas (Câmara e Senado), o que, por si, garante os senadores eleitos em 1982, pois não há no texto nenhuma discriminação. Além do mais, eles serão regidos pela atual Constituição, até que a Constituinte elabore uma nova Carta e esta seja promulgada.

No mesmo pedido de destaque que pede a supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", prevê-se a retirada da expressão: "a Constituinte será promulgada no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura". Com essa supressão, acabaria a limitação de um ano para a reunião da Constituinte, dando à própria Assembleia Nacional Constituinte soberania para determinar o seu tempo de trabalho. Além disso, existem os seguintes destaques:

Segundo destaque: manutenção das expressões "ou conexos" e "civis", referentes à anistia. A manutenção da expressão "ou conexos" foi entendida por muitos parlamentares como uma maneira de o governo anistiar também os militares implicados no atentado do Riocentro. Giavarina, porém, contesta isso, afirmando que o período desta anistia vai de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, quando foi aprovada a anistia do ex-presidente João Figueiredo, enquanto o Riocentro ocorreu no dia 30 de abril de 1981. "Civis", refere-se a servidores civis que serão anistiados.

Terceiro destaque: excluir a expressão "pelo princípio da antiguidade".

Convocação vive clima de urgência

"E preciso aprovar logo a convocação da Constituinte, porque se isto não ocorrer a tese das diretas para presidente em 1986 vai renascer, ganhar as ruas e provocar sérios transtornos para o período de transição", afirmou ontem o deputado João Faustino (PFL-RN), manifestando uma apreensão compartilhada parcialmente pelo líder do PFL na Câmara, José Lourenço. Em seu gabinete, ontem, Lourenço confessou que não pode garantir a aprovação da emenda de convocação da Constituinte, devido às dificuldades no Senado. "Na Câmara — disse ele — eu garanto que passa, mas no Senado não sei".

A impressão de João Faustino é de que, somente com a Constituinte, será possível efetivamente reconstruir a democracia. Mas sua maior preocupação é de que, sem essa convocação, a Nova República passe a ficar mais exposta ao julgamento da Opinião pública, permitindo o ressurgimento da tese das diretas para 1986. "Precisamos convocar a Constituinte para que ela, soberanamente, possa então decidir qual o período de mandato do presidente da República", enfatizou.

O líder José Lourenço não manifestou, porém, preocupação com uma possível campanha pelas diretas para a Presidência já no ano que vem. A tese "não pode vingar", segundo ele, mesmo porque não passa — no seu entender — de uma campanha feita por pessoas "que se preocupam mais com seus interesses pessoais do que com os interesses do País". Se não houver Constituinte, "o mandato presidencial continua como está e não há a menor possibilidade de o Congresso conseguir dois terços para mudar a Constituição".

José Lourenço também duvidava ontem de mudanças na legislação eleitoral, no que se refere à sublegenda e candidatura nata de senadores, ao observar que esta, havendo muita reação no Senado para derrubar esses dois instrumentos, remanescentes do período de arbitrio. Pior do que isso: ele observa que o senador Nelson Carneiro tem projeto que extingue a sublegenda mas mantém a candidatura nata, o que transformaria os senadores em "vitalícios". Numa coisa o líder na Câmara está sendo obrigado a ceder: apesar do PFL pretender manter em 12 meses o prazo de filiação partidária, contado da data das eleições, ele admite acordo para reduzir esse prazo para 10 meses.